

A ressaca de janeiro



MARCELO
NERI

Nas últimas semanas, recebemos a notícia da desaceleração de dez pontos percentuais do PIB entre o terceiro e o quarto trimestre de 2008 (de 6,3% para -3,6%), perda equivalente à taxa de crescimento chinês observado nos bons tempos de boom. Os dados da indústria e do emprego formal do Caged alinham-se a este, indicando uma parada súbita da economia brasileira (tsunami). Já os dados do comércio e dos serviços apontam para uma desaceleração modesta (marolinha). Há marcada dicotomia das trajetórias de crescimento entre os segmentos mais ou menos conectados com o mundo globalizado, dos mais ou menos formalizados e daqueles com maior ou menor renda.

O problema da metáfora da marolinha e do tsunami é que ela sugere um evento discreto, diferenciando-se apenas entre as suas proporções. Na natureza, as ondas de um determinado tamanho são seguidas de outras de amplitude parecida que são dissipadas ou amplificadas gradualmente. A atual crise internacional — como também a de 1929 — parece se propagar movida por sequências de eventos negativos. O que caracterizou a Grande Depres-

são, além do seu tamanho, foi a sua longa duração, ao contrário, por exemplo, da crise asiática e da crise russa (1998) e da crise tupiniquim (1999) vistas individualmente. A crise brasileira de 2001 — embora de magnitude diferente — assemelha-se mais à atual, pois juntou diferentes impulsos de natureza distinta: a crise argentina, o apagão elétrico e o 11 de setembro. O problema, para os analistas, é que múltiplos impulsos atingem, em diferentes momentos, diferentes bases de dados, divulgados com diferentes defasagens. Para complicar, cada base de dados enfatiza diferentes segmentos de uma sociedade bastante diversa e desigual, como a brasileira.

A PME do IBGE fornece uma vista panorâmica para diversas faces das maiores cidades brasileiras. A pesquisa “Crônica de uma crise anunciada” (www.fgv.br/cps/crise), avaliou a partir dela os efeitos dos choques externos até 12/08. O período do imediato pós-crise, apesar das flutuações espetaculares dos mercados financeiros, foi de relativa calma no bolso do trabalhador metropolitano brasileiro em geral, em particular naqueles de menor renda inicial. As perdas estavam localizadas em setores específicos, como finanças e indústria, nos segmentos exportadores e formais e naqueles de maior renda. Atualizamos aqui esta análise por meio do processamento dos microdados da PME incluindo janeiro de 2009, divulgados aqui em primeira mão. Mais especificamente, analisamos os impactos sobre os fluxos de renda familiar do trabalho da população

em idade ativa (de 15 a 60 anos) nas áreas metropolitanas brasileiras, traduzidas na composição de estratos econômicos em rendas mensais de todas as fontes (classes E até R\$ 800; D, até R\$ 1.100; C, até R\$ 4.800; e A/B, daí para cima). O cerne aqui está na mensuração dos movimentos das pessoas entre estes estratos econômicos. Esta análise pode subsidiar a política pública nas áreas de transferência de renda (isto é, Bolsa Família e programas vinculados ao salário mínimo) e de geração de renda (isto é, PAC e políticas de emprego, como o pacote habitacional ora em discussão). Esta abordagem também serve às empresas privadas, identificando a queda ou expansão do mercado consumidor e de seus nichos.

Janeiro subverteu as tendências dos últimos cinco anos: as classes que ganhavam mais participação passaram a perder mais, e vice-versa

Como veremos, janeiro subverteu as tendências dos últimos cinco anos: as classes que ganhavam mais participação passaram a perder mais, e vice-versa. Senão, vejamos: nos últimos cinco anos, até janeiro de 2009, houve uma melhora no poder de compra dos brasileiros nas grandes metrópoles: o aumento acumulado desde janeiro de 2004 das classes A/B e C foi de 39,2% e 25,2%, respectivamente,

com correspondente redução da participação das classes D e E de 17,2% e 38,8%.

Este movimento, que desloca massas de pessoas da base para o topo da distribuição de renda, foi, proporcionalmente, mais forte nos extremos da distribuição, com destaque para o crescimento relativo das classes A/B, maior do que a da badalada classe C, a nova classe média emergente, e pela redução da classe E, a mais pobre. Estendemos, aqui, o período de análise da pesquisa anterior em apenas um mês até janeiro de 2009, destacando o período pós-agravamento da crise, a partir de setembro de 2008, e a transição ocorrida no primeiro mês de 2009. As classes A e B, que já vinham caindo (-0,7%) pós-setembro negro, sofrem queda de 2,7% em janeiro de 2009, atingindo agora tamanho inferior ao de janeiro do ano anterior. Note que este era o segmento que vinha crescendo mais no quinquênio anterior. A classe C entrou em decadência de setembro a janeiro (caindo 1%), mas a queda em termos líquidos passa a ocorrer em janeiro — caindo 2,2% só neste mês. A trajetória da classe C pós-crise até dezembro indicava um aumento de 1,2%.

A classe D, que caiu 17,2% em termos relativos entre os meses de janeiro de 2004 e de 2009, continuou caindo 2,5% nos três meses pós-crise, mas sofreu forte reversão em janeiro (de -3% apenas neste mês), pulverizando os ganhos do período anterior. Finalmente, a classe E, que vinha caindo, continuamente, há cinco anos, chega a ja-

neiro 38,8% menor que em janeiro de 2004. A classe E subiu 5,4% de setembro a janeiro, caindo 6,7% apenas em janeiro, desfazendo a resiliência apresentada nos três primeiros meses após a crise.

De maneira geral, observamos uma inversão de setembro a janeiro nos movimentos dos estratos econômicos, comparados com o período 2004 a 2008, segundo a qual quem ganhava mais participação (classes A/B, C, D e E nesta ordem), agora perde mais. A imagem do período pós-crise inverte como um espelho a do período pré-crise. Mais do que um ponto de mutação gradual, dezembro correspondeu ao vértice de um V. Em janeiro, parte dos avanços sociais observados no quinquênio anterior sofreram um retrocesso. A virada do ano trouxe inovações negativas na composição de classes econômicas brasileiras, com especial destaque para os seus extremos. Seguindo a analogia das ondas, janeiro foi um mês de ressaca no Brasil, começando a erodir os ganhos de renda dos anos anteriores. Infelizmente, ainda é cedo para falar que depois da tempestade vem a bonança, portanto, esperemos o que nos reservam as águas de março, as de abril e assim por diante.

Marcelo Côrtes Neri é economista-chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE/FGV, autor de "Microcrédito: o Mistério Nordeste e o Grameem brasileiro", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio sociais". E-mail: mcneri@fgv.br